

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA  
DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**

**PROCESSO Nº 0003056-85.2020.8.16.0174**

**BANCO DAYCOVAL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 62.232.889/0001-90, com sede na Av. Paulista, 1793, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, por seus advogados, vem apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

à ação que lhe move **LUIZ CARLOS VALPERES**, já qualificada nos autos do processo, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

#### **1. DOS FATOS**

Alega a parte autora que recebe aposentadoria por tempo de contribuição (NB: 106.913.012-2) e que contratou junto ao Banco “Empréstimo Consignado”, mas o réu teria realizado “Cartão de Crédito Consignado”.

Requer, em síntese:

- Declaração de nulidade do cartão;
- Devolução dobro do indébito;
- Indenização por danos morais;



Conforme a documentação anexa, o contrato contra o qual se insurge a inicial foi regularmente firmado e cumprido fielmente pelo Réu, **com a anuência da parte Autora**, razão pela qual a ação deve ser julgada improcedente.

## **2. DO MÉRITO**

### **• DO CONTRATO CELEBRADO**

No caso em tela, a parte Autora é titular de benefício junto ao INSS, no qual contraiu diversos empréstimos consignados e com o Banco Daycoval o seguinte **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO** em folha de pagamento, conforme segue:

#### **52-0221441/16**

- Emitido em 01/12/2016
- Valor da RMC Inicial: R\$89,00
- Solicitação de pré-saque, no valor de **R\$ 2.064,60**, pagos através de TED, na conta bancária da parte Autora (**COMPROVANTE ANEXO**).

Todo procedimento de formalização da operação, condições de pagamento e valores, foi submetido a parte Autora, que esteve ciente e de acordo, tendo assinado o contrato, sem qualquer avença a respeito de parcelamento de dívida, mas sim **a averbação de 5% da margem consignada** para pagamento do cartão de crédito, nos termos da legislação aplicável à matéria, conforme se verá adiante:



**ADESÃO**

**1. Condições Gerais:** Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.

**2. Autorização para Reserva de Margem Consignável:** Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até 5 (cinco) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

**3. Outras Declarações:** Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: [www.daycoval.com.br](http://www.daycoval.com.br); (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vi) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador.

Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data: Ilheus do Vitória/PR - 04/12/2016

X. Laercio Carlos Valperes

ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

Além de constar EXPRESSAMENTE a cláusula de Autorização para Reserva de Margem, nos contratos assinados pela parte autora está escrito em caixa alta "TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO **DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL**":

**BancoDaycoval**

**TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL**

CONTRATO Nº 52-0221441/16\_01



**NÃO HÁ, PORTANTO, QUE SE FALAR EM FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO BANCO, VÍCIO DE CONSENTIMENTO, OU MESMO DE FALHA NA INFORMAÇÃO, HAJA VISTA QUE OS DADOS QUE PERMITEM EXTRAIR A NATUREZA DO CONTRATO CONSTAM DE FORMA DESTACADA NOS DOCUMENTOS EM QUE A PARTE AUTORA APÓS SEU ACEITE.**

Toda documentação apresentada visa destacar o tipo de produto que está aderindo bem como assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas sobre suas características, respeitando expressamente o disposto no art. 31 do Código de Defesa do Consumidor.



No item 03 (v), a parte autora declara ciência de que mensalmente será consignado em sua remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do cartão, obrigando-se a utilizar a fatura para pagamento integral do débito que exceder o valor consignável, se assim desejar.

Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha

Assim, não há falar em incidência da Súmula 532 do STJ, pois, conforme fica claro na documentação anexa, a parte Autora solicitou a emissão do cartão de crédito, bem como os saques disponibilizados, tanto que recebeu os valores em sua conta bancária.

Ou seja, não há qualquer irregularidade na contratação realizada entre as partes.

- **DA AUSÊNCIA DE MARGEM PARA CONTRATAR “EMPRÉSTIMO CONSIGNADO”**

Embora a parte autora alegue que desejava contratar “Empréstimo Consignado”, deixa de informar que **NÃO POSSUÍA MARGEM SUFICIENTE PARA NOVAS AVERBAÇÕES.**

**CONFORME SE PODE OBSERVAR DO EXTRATO DE PAGAMENTO DO INSS, APRESENTADO PELA PARTE AUTORA NO MOMENTO DA CONTATAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO, O VALOR RECEBIDO NO BENEFÍCIO ERA DE R\$ 1.897,25.**

**OU SEJA, NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO (DEZEMBRO/2016), A MARGEM CONSIGNÁVEL DA PARTE AUTORA ERA R\$ 569,17 (30%), CONTUDO, ESTAVA COMPROMETIDA COM OS EMPRÉSTIMOS ANTERIORES, CUJOS DESCONTOS MENSAIS TOTALIZAVAM R\$ 575,86, OU SEJA, NÃO EXISTIA MARGEM DISPONÍVEL PARA EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.**



Senão, vejamos:

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
01/2017	01/01/2017 a 31/01/2017	R\$ 1.232,39	CCF - CONTA-CORRENTE	Pago	02/02/2017	02/02/2017	Não	Não

Banco: 104 - CAIXA OP: 81845 - PORTO UNIÃO Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/01/2017 Origem: Geração de créditos mensais. Validade Início: 02/02/2017 Fim: 31/03/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.897,25
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 81,31
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 162,31
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 29,05
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 261,37
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 89,00
231	DESC ANTECIP RENDA CALAM. CONF. DECRETO	R\$ 41,82
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.897,25
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 89,00

**Recebe:**  
**R\$ 1.897,25**

**Margem**  
**30% =**  
**R\$ 569,17**

**TOTAL DE**  
**EMPRÉSTIMOS**  
**CONSIGNADOS**  
**AVERBADOS:**  
**R\$ 575,86**

**MARGEM LIVRE:**  
**R\$ 0,00**

ASSIM, A PARTE AUTORA NÃO POSSUÍA MARGEM PARA CONTRATAR EMPRÉSTIMO NA MODALIDADE CONSIGNADO; **MESMO QUE DESEJASSE OBTER EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, NÃO POSSUÍA MARGEM PARA FIRMÁ-LO.**

A **ÚNICA** POSSIBILIDADE PARA LIBERAÇÃO DE VALORES SERIA A CONTRATAÇÃO DA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, O QUE FOI CONTRATADO PELA PARTE AUTORA E DEVIDAMENTE FORMALIZADO ENTRE AS PARTES.

Nesse sentido, recentes decisões do TJSC:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO BANCO RÉU. CASA BANCÁRIA QUE DEFENDE A LEGALIDADE DO CONTRATO FIRMADO. EXPRESSA PACTUAÇÃO E ANUÊNCIA. TESE ACOLHIDA. **NOVO ENTENDIMENTO DESTA CÂMARA ACERCA DO TEMA.** CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUTORIZADO PELO ART. 6º, §5º, II,*





DA LEI N. 10.820/2003 E DO ART. 3º, §1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSS N. 28/2008. **CASO CONCRETO EM QUE A PARTE TEVE CIÊNCIA DA OPERAÇÃO, JÁ QUE, À ÉPOCA DA CELEBRAÇÃO DA AVENÇA, NÃO POSSUÍA MARGEM CONSIGNÁVEL DISPONÍVEL. RENDA JÁ COMPROMETIDA EM 29,42%. VALENDOSSE, ENTÃO, DO LIMITE ADICIONAL DE 5% (CINCO POR CENTO), DISPONIBILIZADO PARA USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE.** SENTENÇA REFORMADA. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. SUSPENSÃO A EXIGIBILIDADE POR SER O APELADO BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA (ART. 98, § 3º, DO CPC). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0300952-90.2019.8.24.0002, de Anchieta, rel. Des. Carlos Adilson Silva, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. 05-03-2020)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. INSURGÊNCIA DO RÉU. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3 DO STJ. APLICAÇÃO. RECURSO REGIDO PELO CPC/2015. ALEGADA REGULARIDADE E VALIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO VIA CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC).

**CONSUMIDOR QUE AO TEMPO DA CONTRATAÇÃO NÃO POSSUÍA MARGEM CONSIGNÁVEL PARA EMPRÉSTIMO "COMUM". OBTENÇÃO DE EMPRÉSTIMO POSSÍVEL APENAS VIA SAQUE EM CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO E DOS DESCONTOS. SENTENÇA REFORMADA. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. SUSPENSÃO A EXIGIBILIDADE POR SER A APELADA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA (ART. 98, § 3º, DO CPC). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO.** (TJSC, Apelação Cível n. 0300514-98.2018.8.24.0002, de Anchieta, rel. Des. Salim Schead dos Santos, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. 07-11-2019)



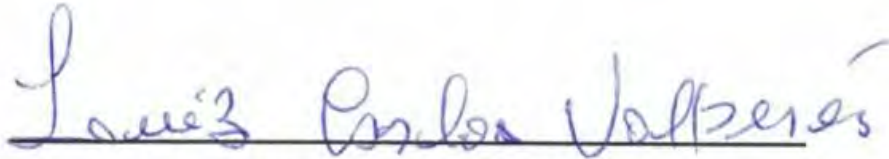
- **DAS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS**

A parte autora ingressou com esta demanda alegando que não contratou o cartão de crédito consignado com o Banco Daycoval.

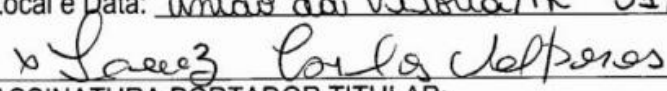

Contudo, **forçoso destacar que:**

O réu traz aos autos cópia do “Termo de Adesão para Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado” firmado entre as partes, com assinatura **IDÊNTICA** à assinatura da procuração:

PROCURAÇÃO:

  
**LUIZ CARLOS VALPERES**

CONTRATO:

Local e Data: União da Vitória/PR - 01/12/2016  
   
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

Excelência, não há qualquer dúvida quanto à autenticidade da assinatura, pois **IDÊNTICAS** entre si.

O documento de identificação juntado no momento da contratação é o mesmo que a parte autora junta ao processo:





No termo de adesão de cartão de crédito assinado pela parte autora consta, EXPRESSAMENTE, a informação de reserva de margem consignada:

**2. Autorização para Reserva de Margem Consignável:** Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até 5 (cinco) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

No documento "Solicitação e Autorização de Saque via Cartão de Crédito Consignado", a parte autora AUTORIZOU a transferência de parte do limite do Cartão de Crédito para conta corrente de sua titularidade:





## Banco Daycoval

### SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:	
294.705.609-49	Luiz Carlos Volperez	223443	
Empregador:	Matrícula:		
Inss	1069130122		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
Banco Mercantil S/A	0104	00422	00010643-6
<p>Autorizo o <b>BANCO DAYCOVAL S/A</b>, em caráter irrevogável e irretirável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu <b>Cartão de Crédito Consignado Daycoval</b> para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;</p> <p>Valor do Saque*: R\$ <u>2.064,60</u> (_____).</p> <p>Taxa de Juros: <u>3,36</u> % a.m. Taxa de Juros: <u>4,49</u> % a.a. IOF Diário: <u>0,0082</u> % a.d. IOF Adicional: <u>9,38</u> %</p> <p>Tarifa: R\$ <u>15,00</u> CET: <u>4,03</u> % a.m. CET: <u>69,61</u> % a.a.</p> <p>(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.</p>			

Local e Data: União da Vitória/PR - 01/12/2016

Luiz Carlos Volperez  
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

ASSINATURA

Assim, os valores de **R\$ 2.064,60** foi disponibilizado à parte autora, conforme comprovante anexo.



## Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20161201004890080

Status: Efetivada

Valor: 2,064.60

Data do Movimento: 01/12/2016

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	LUIZ CARLOS VALPERES
CPF do Favorecido:	294.705.609-49
Banco Creditado:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência Creditada:	00422
Conta Creditada:	00010645 - 6
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	01/12/2016
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

A parte autora, entretanto, não juntou ao feito seus extratos na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referentemente aos meses dos depósitos realizados pelo Banco Daycoval.

**Por fim, destaca-se que a inicial foi distribuída em 16/04/2020, sendo que a contratação data de 01/12/2016, ou seja, a parte autora demorou 3 (três) anos e 4 (quatro) meses para se insurgir contra ao contrato, o que é, no mínimo, estranho e incongruente.**

- **DA IDONEIDADE DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO VALOR CONTRATADO PELO AUTOR EXPEDIDO PELO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO**

Excelência, é importante esclarecer que os contratos firmados por esta Instituição Financeira com os seus clientes são pagos mediante TED pelo **Sistema De Pagamentos Brasileiro** [SPB] e que, por meio, do **Sistema De Transferência De Reserva** [STR] efetua-se o pagamento



eletronicamente, de uma Instituição financeira para a outra (na conta do beneficiário/cliente) o valor contratado, como é o presente caso.

O pagamento pelo sistema STR, por definição é “um sistema de liquidação bruta em tempo real” [LBTR] que permite a transferência de fundos entre seus participantes, ou seja, entre instituições financeiras titulares de contas de reserva bancárias no Banco Central do Brasil, portanto, que participam do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB.

O STR foi instituído pela Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002, e seu funcionamento é disciplinado pelo regulamento anexo à referida circular, que pode ser extraído do sítio do Banco Central do Brasil<sup>1</sup>.

Na forma do regulamento do sistema, as ordens de transferência de fundos são emitidas pelos participantes [*neste caso o Banco Daycoval*] direto do STR, a favor do participante destinatário [*outra instituição financeira que mantém conta no BCB*] ou de cliente do participante destinatário [*neste caso, o consumidor, emitente da CCB objeto desta ação*], sem limitação de valor.

Portanto, as instituições financeiras titulares de conta no BCB poderão emitir ou receber TED envolvendo seus próprios pagamentos ou em nome de clientes, o que torna incontestável o crédito na conta do consumidor, conforme **demonstra comprovante emitido pelo Sistema de Pagamentos Brasileiros**, em anexo.

Assim Excelência, o comprovante que acompanha essa defesa, é suficiente e idôneo para demonstrar que esta Instituição Financeira cumpriu o que foi pactuado com a parte Autora, pois comprova que o valor mutuado foi creditado em benefício do consumidor, portanto, deve ser considerado como evidência da efetiva contratação ou, na remota hipótese de Vossa Excelência rechaçar a contratação em análise, que este comprovante seja considerado para fins de compensação com eventual crédito que porventura a parte autora possua ao fim desta demanda.

---

<sup>1</sup> [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2002/pdf/circ\\_3100\\_v5\\_l.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2002/pdf/circ_3100_v5_l.pdf)



- **DOS ESCLARECIMENTOS ACERCA DO PRÉ-SAQUE SOLICITADO PELA PARTE AUTORA**

Nesse diapasão, diferentemente do mencionado na inicial, ao firmar o contrato para emissão do cartão de crédito, a parte Autora SOLICITOU e AUTORIZOU a realização dos saques, através do qual os valores acordados entre as partes seriam (E FORAM) transferido para conta de sua titularidade.

Convém esclarecer a este juízo que o “saque” é solicitado no ato da formalização da proposta de emissão do Cartão de Crédito Consignado e o valor é liberado ao titular no momento da emissão do cartão, ou seja, **A LIBERAÇÃO DO VALOR SOLICITADO POR SAQUE INDEPENDE DE DESBLOQUEIO DO CARTÃO ENVIADO, POIS PREVIAMENTE AUTORIZADO.**

Tanto é verdade que no documento de “Solicitação de Autorização de Saque via Cartão de Crédito Consignado”, assinado pela parte Autora, consta autorização expressa para transferência dos valores para conta bancária de sua titularidade.

Assim, no momento em que contratou o cartão de crédito consignado, a parte autora SOLICITOU e AUTORIZOU o recebimento do valor.

- **DA OPÇÃO DE UTILIZAÇÃO OU NÃO DO CARTÃO**

Excelência, no que tange a utilização ou não do plástico para compras e despesas pessoais, cumpre observar que o cartão é enviado à parte autora e a opção de utilizar ou não para compras é dela, não do Banco.

Destaca-se, ainda, que o desbloqueio e a falta de compras e despesas pessoais através do plástico não invalida a operação, pois inexistente essa obrigatoriedade na lei que regulamenta o produto. (Lei 13.172/15 – art. 1, art. 2 e art. 6, Lei 8213/91, art. 115).



- **DOS JUROS APLICADOS NO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

Embora tenha a parte autora ingressado com ação requerendo a declaração e inexistência da operação, como menciona em sua peça inaugural que a taxa de juros seria abusiva, convém prestarmos alguns esclarecimentos.

Primeiramente, importante referir que a taxa de juros praticada, bem como a disponibilização de limite de crédito, no Cartão de Crédito Consignado **é limitada e determinada por cada órgão conveniado.**

**O BANCO NÃO IMPÕE AO CONSUMIDOR A TAXA E OS LIMITES CONFORME SUA VONTADE, AO CONTRÁRIO, O BANCO ACOMPANHA AS TAXAS INDICADAS PELO ÓRGÃO AO QUAL O SERVIDOR/PENSIONISTA ESTÁ ATRELADO.**

No caso em questão, o INSS, através da IN28, art. 16, inciso II, dispunha que o limite máximo de comprometimento era de até duas vezes o valor da renda mensal do benefício, tendo sido alterada pela Resolução 1.333/2017, a qual, reduziu este limite para 1,4 vezes o valor do benefício.

*O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e observado o disposto no inciso X do art. 41, e no inciso XV e parágrafo único do art. 42 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, torna público que em sua 242ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2017, resolveu:*

*Art. 1º Recomendar ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos da competência definida nos incisos II e VI do art. 58 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008:*

*....*

***II - a redução do limite da reserva de margem consignável para o pagamento de amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito e para a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito, para 1,40 vezes o valor do benefício previdenciário”.***





Todas as operações de crédito são realizadas DENTRO do limite estabelecido, o qual possui como base os rendimentos apresentados pelo pensionista no momento da adesão, e também, os controles realizados pelas próprias processadoras, as quais, sistemicamente não permitem que a concessão do crédito seja superior ao limite estabelecido.

**Ademais, todo e qualquer juro somente será aplicado caso a parte autora realize compras ou saques, optando pela não quitação do saldo devedor integral indicado em fatura.**

OPTANDO O CONSUMIDOR PELO PAGAMENTO INTEGRAL DA FATURA, ALÉM DO DESCONTO MÍNIMO INDICADO (RMC), ESTARÁ OBSTADA A INCIDÊNCIA DE JUROS/ENCARGOS SOBRE O SALDO, OU SEJA, SOMENTE NO MOMENTO EM QUE O OCORRE O FINANCIAMENTO DO SALDO NASCE A APLICAÇÃO DE TAXA DE JUROS ROTATIVOS AO CONTRATO, AS QUAIS SERÃO AQUELAS VIGENTES NO MOMENTO DO REFINANCIAMENTO DO SALDO, DE ACORDO COM AS REGRAS DO ÓRGÃO DO PENSIONISTA/APOSENTADO.

De toda sorte, trata-se de produto cujas taxas praticadas são definitivamente inferiores à de seus pares, cartões convencionais, que sob qualquer ângulo que se analise não traz vantagem manifestamente excessiva ao consumidor, conforme pretende arguir a parte autora, dispondo de prerrogativas para quitação da dívida contraída seja pela forma de pagamento integral, seja pela forma de crédito rotativo, que certamente terá taxa inferior ao cartão de crédito, crédito pessoal ou cheque especial.

Importante ressaltar que no momento da adesão ao cartão, o consumidor é claramente cientificado da **TAXA VIGENTE**, bem como declara estar ciente e de acordo com a taxa percentual incidente.

**Em que pese a taxa de juros do cartão consignado ser relativamente superior ao empréstimo consignado, TAIS PRODUTOS SÃO DISTINTOS E REFERIDA COMPARAÇÃO NÃO É ADEQUADA.**

A taxa de juros do cartão de crédito consignado somente poderia ser comparada frente ao cartão de crédito convencional, o qual pode chegar à 15% a.m., por se tratar de produtos verdadeiramente similares.



Assim, para justa comparação, imperioso considerar que a taxa média atual do cartão consignado (de 3 a 4% a.m.), sendo **expressamente inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional**, que pode chegar à mais de 15% a.m., conforme facilmente se verifica junto ao Banco Central.

De toda sorte, insta salientar que, somente serão acrescidos juros, se o cliente utilizar do limite de crédito, através de compras/saques, sendo este computado a partir de sua utilização até o vencimento da próxima fatura, podendo o consumidor adimpli-la integralmente em seu vencimento. Assim, somente incidirão os juros/encargos rotativos determinados pelo Órgão se por **OPÇÃO** da parte autora, este financiar o saldo (não liquidar integralmente a fatura).

- **DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA APENAS COM DESCONTOS DE RMC**

Com relação a afirmação de que seria impossível a quitação do saldo devedor através dos descontos mínimos (abatendo somente juros e encargos), tornando supostamente impossível a quitação do cartão de crédito consignado, novamente restará comprovado que tal afirmação não procede.

Como forma de demonstrar matematicamente que, os descontos mínimos (RMC) realizados mensalmente sob o benefício do cliente seriam suficientes para liquidação integral do débito, segue anexo **SIMULAÇÃO** de contratação:



data da simulação:	31/03/2020
MARGEM	100,14
PRÉ-SAQUE	2.064,60

\* A utilização do Fatores de conversão em taxa de juros e alíquota do IOP vigente na data da simulação.  
\*\* Planilha de simulação que não sofre alteração no pagamento por meio de diferença.

VCTO	Saque Inicial	Pré-Saque/T desaques	Compras/ Saques ex. eletr.	Encargos*	IOF Adicional*	IOF Diário*	Tarifa de Saque	Estornos Créditos	Pagto Avulso	Desc. Folha	Demais Débitos	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha baseado até o Vencimento
10/01/2017	0,00	2.064,60	0,00	82,49	7,84	6,77	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.186,70	0
10/02/2017	2.186,70	0,00	0,00	75,91	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.262,61	0
10/03/2017	2.262,61	0,00	0,00	68,16	0,00	3,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.354,00	1
10/04/2017	2.354,00	0,00	0,00	75,15	0,00	4,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.464,34	2
10/05/2017	2.464,34	0,00	0,00	65,90	0,00	5,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.592,59	3
10/06/2017	2.592,59	0,00	0,00	67,61	0,00	5,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.739,48	4
10/07/2017	2.739,48	0,00	0,00	64,94	0,00	5,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.895,85	5
10/08/2017	2.895,85	0,00	0,00	66,51	0,00	5,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.062,58	6
10/09/2017	3.062,58	0,00	0,00	65,96	0,00	5,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.239,89	7
10/10/2017	3.239,89	0,00	0,00	63,29	0,00	5,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.427,49	8
10/11/2017	3.427,49	0,00	0,00	64,77	0,00	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.625,84	9
10/12/2017	3.625,84	0,00	0,00	60,87	0,00	5,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.835,40	10
10/01/2018	3.835,40	0,00	0,00	62,35	0,00	4,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.056,73	11
10/02/2018	4.056,73	0,00	0,00	65,83	0,00	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.289,66	12
10/03/2018	4.289,66	0,00	0,00	55,70	0,00	5,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.544,42	13
10/04/2018	4.544,42	0,00	0,00	60,05	0,00	4,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.814,97	14
10/05/2018	4.814,97	0,00	0,00	57,20	0,00	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.092,03	15
10/06/2018	5.092,03	0,00	0,00	58,09	0,00	4,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.376,81	16
10/07/2018	5.376,81	0,00	0,00	55,26	0,00	4,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.668,12	17
10/08/2018	5.668,12	0,00	0,00	56,02	0,00	4,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.966,62	18
10/09/2018	5.966,62	0,00	0,00	54,95	0,00	4,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.272,57	19
10/10/2018	6.272,57	0,00	0,00	52,12	0,00	4,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.584,80	20
10/11/2018	6.584,80	0,00	0,00	52,68	0,00	4,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.903,40	21
10/12/2018	6.903,40	0,00	0,00	49,84	0,00	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.228,71	22
10/01/2019	7.228,71	0,00	0,00	50,24	0,00	4,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.560,59	23
10/02/2019	7.560,59	0,00	0,00	48,98	0,00	4,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.899,43	24
10/03/2019	7.899,43	0,00	0,00	43,07	0,00	4,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.252,56	25
10/04/2019	8.252,56	0,00	0,00	46,21	0,00	3,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.620,56	26
10/05/2019	8.620,56	0,00	0,00	43,36	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.992,87	27
10/06/2019	8.992,87	0,00	0,00	43,33	0,00	3,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.369,91	28
10/07/2019	9.369,91	0,00	0,00	40,50	0,00	3,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.752,12	29
10/08/2019	9.752,12	0,00	0,00	40,27	0,00	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.013,86	30
10/09/2019	1.013,86	0,00	0,00	36,68	0,00	3,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.270,00	31
10/10/2019	1.270,00	0,00	0,00	35,34	0,00	3,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.532,21	32
10/11/2019	1.532,21	0,00	0,00	34,67	0,00	2,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.799,60	33
10/12/2019	1.799,60	0,00	0,00	31,63	0,00	2,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.068,95	34
10/01/2020	2.068,95	0,00	0,00	30,63	0,00	2,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.329,08	35
10/02/2020	2.329,08	0,00	0,00	28,57	0,00	2,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.573,05	36
10/03/2020	2.573,05	0,00	0,00	24,73	0,00	2,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,02	37
10/04/2020	2.800,02	0,00	0,00	24,17	0,00	2,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.016,10	38

VCTO	Saque Inicial	Pré-Saque/T desaques	Compras/ Saques ex. eletr.	Encargos*	IOF Adicional*	IOF Diário*	Tarifa de Saque	Estornos Créditos	Pagto Avulso	Desc. Folha	Demais Débitos	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha baseado até o Vencimento
10/05/2020	806,10	0,00	0,00	19,05	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	-100,14	0,00	727,01	39
10/06/2020	727,01	0,00	0,00	17,36	0,00	0,12	0,00	0,00	0,00	-104,63	0,00	639,86	40
10/07/2020	639,86	0,00	0,00	14,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,14	0,00	554,29	41
10/08/2020	554,29	0,00	0,00	12,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,14	0,00	466,81	42
10/09/2020	466,81	0,00	0,00	10,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,14	0,00	376,90	43
10/10/2020	376,90	0,00	0,00	7,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,14	0,00	284,21	44
10/11/2020	284,21	0,00	0,00	5,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,14	0,00	189,19	45
10/12/2020	189,19	0,00	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,14	0,00	91,43	46
10/01/2021	91,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-91,43	0,00	0,00	47

Conforme simulação acima, o desconto mínimo mensal sofrido pela parte autora, através de desconto direto no benefício (RMC), liquidaria seus débitos após 47 descontos consecutivos, sem que o mesmo tivesse realizado nenhum pagamento complementar via fatura.

Ou seja, os valores descontados mensalmente da parte autora no percentual de 5% de seu rendimento NÃO RECAEM SOMENTE SOBRE JUROS E ENCARGOS como indica a peça inicial, restando evidenciada a devida AMORTIZAÇÃO do principal a cada pagamento, tornando POSSÍVEL A LIQUIDAÇÃO DO DÉBITO SEM NENHUM APORTE COMPLEMENTAR POR PARTE DA AUTORA, baseado somente no PAGAMENTO MÍNIMO.

**Necessário frisar, entretanto, que a referida planilha é apenas uma simulação, havendo nova utilização do cartão para saques, compras ou despesas pessoais, haverá alteração do saldo devedor.**



Assim, resta exemplificado a efetiva possibilidade de liquidação do cartão consignado apenas com os descontos de RMC.

- **DA ALEGAÇÃO DE IMOBILIZAÇÃO DO CRÉDITO**

Em relação à alegação da parte autora de que o cartão de crédito consignado acarreta a “imobilização do crédito”, sob o argumento de que o comprometimento da RMC impede ou diminui a margem de outros empréstimos, **cabe referir que a reserva de margem empréstimos que queira a parte Requerente tomar consignável (RMC) não se comunica com a margem para empréstimos.**

Destacamos, nesse sentido, que a Lei nº 10.820/2003 dispõe que os descontos para pagamento podem se dar em empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil até 35% sobre os benefícios pagos pelo INSS – **dos quais 5% (cinco por cento) destinam-se, exclusivamente, à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou à utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito (art. 6º, § 5º, I e II).**

*Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, **valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito** e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, **quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.***

*§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no caput não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, **sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:***

***I - A amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou***

***II - A utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.** (grifos nossos)*



Ainda, na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 16 de maio de 2008, consta expressamente em seu art. 03º que os aposentados e pensionistas poderão comprometer até 35% do valor da renda mensal, dos quais 30% para empréstimo pessoal e 5% para operações de cartão de crédito.

Vejamos:

*Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:*

*§ 1º Os descontos de que tratam o caput não poderão exceder o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor da renda mensal do benefício, considerando que o somatório dos descontos e/ou retenções não exceda, no momento da contratação, após a dedução das consignações obrigatórias e voluntárias: (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015 )*

*I - até 30% (trinta por cento) para as operações de empréstimo pessoal; e (Incluído pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015 )*

***II - até 5% (trinta por cento) para as operações de cartão de crédito.** (grifos nossos)*

**Não há, portanto, que se falar em imobilização creditícia, haja vista que tal percentual não poderia ser aproveitado a outra modalidade de crédito.**

- **DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

Convém esclarecer que o cartão de crédito consignado trata-se de nova modalidade de crédito, autorizada pela Lei nº 13.172/2015 e aprovada no ano de 2015 pelo Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, através do qual é possível realizar despesas e saques por meio do cartão de crédito consignado.

Vejamos o que determina a Lei nº 13.172/2015:





“Art. 1º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.”

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Existe, pois, diferenças entre EMPRÉSTIMO e CARTÃO DE CRÉDITO e não se pode exigir que seus contornos operacionais fossem idênticos.



No empréstimo, é contratada a disponibilização de um montante específico, a ser adimplido em um número pré-determinado de parcelas com valor fixo, estipulando-se a data exata do início e término dos descontos.

Por seu turno, a essência do cartão de crédito é conceder ao seu titular a possibilidade de adimplir todas as operações realizadas ao longo de um período de apuração em uma única data futura. Então, as obrigações contratadas por meio do cartão de crédito são, em regra, de execução diferida, importando apenas na concessão de prazo para pagamento e não em um parcelamento.

Daí porque o percentual máximo reservado por lei para amortização das faturas.

Vide o artigo 1º da Lei nº 10.820/2003:

*§ 1o O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:*

*I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;*

*II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito*

Isso posto, o consumidor tem as seguintes alternativas diante da fatura recebida:

**[1] REALIZA A LIQUIDAÇÃO INTEGRAL DO SALDO DEVEDOR:** há a imediata quitação das operações de crédito contratadas, sem a incidência de juros;

**[2] REALIZA A LIQUIDAÇÃO PARCIAL DO SALDO DEVEDOR:** sobre o valor inadimplido incidirão juros e o montante recalculado será apresentado para pagamento no mês subsequente, por meio do envio de nova fatura, que oportunizará a quitação integral.



**[3] NÃO REALIZA QUALQUER LIQUIDAÇÃO:** inexistindo amortização voluntária do débito, em acréscimo ao valor mínimo já consignado em folha, o saldo remanescente será recalculado para pagamento no mês seguinte, com a incidência de juros. A nova fatura enviada oportunizará o pagamento integral do valor refinanciado.

**LOGO, A RESERVA DE MARGEM CONSIGNADA NÃO É INDEVIDA, TAMPOUCO “IMPAGÁVEL”.**

Perceba, Excelência, que não se trata de operação financeira com parcelas e prazo estabelecido, porquanto pode haver pagamento além do mínimo, o que altera o saldo devedor.

Portanto, quanto à natureza jurídica do cartão de crédito consignado, pode-se concluir que:

- ✓ O contrato de cartão consignado tem equivalência ao cartão convencional e somente na hipótese de não pagamento, acontece a aplicação dos juros rotativos.
- ✓ O cliente recebe a fatura, podendo: **(i) realizar o pagamento integral** da fatura (a qual está sem juros); **(ii) pode realizar pagamento parcial** (entre o valor total e o mínimo descontado, onde somente o remanescente terá aplicação dos juros rotativos); **(iii) ou pode ficar inerte** (única hipótese onde o saldo devedor vai ser revisado).
- ✓ Assim, a faculdade é do consumidor, **não tendo como o banco indicar no termo de adesão datas iniciais ou finais para pagamento do débito.**
- ✓ **Ao realizar o saque de valores através do cartão, este não é saque parcelado, ou seja, deve ser adimplido na próxima fatura. Ou seja, não é empréstimo.**
- ✓ O banco espera que a data final para pagamento do saque seja a próxima fatura, de modo que não é possível saber de antemão se o consumidor optará por pela quitação integral ou refinanciamento do saldo, o que, nesse caso, torna impossível a indicação de prazo de quitação.
- ✓ Quanto à taxa de juros, quando o consumidor adere ao cartão de crédito consignado, ele está aderindo uma possibilidade de reserva da margem, ou



seja, naquele momento não existe débito a ser corrigido para fixação da taxa de juros. As compras e saques podem não ser feitos no momento da contratação. Assim, também **não é possível saber de antemão se o consumidor irá utilizar o cartão e qual será a taxa vigente no período, é impossível indicar qual será a taxa de juros, a qual varia de acordo com o período.**

- ✓ A taxa somente será aplicada se o consumidor não realizar a quitação da fatura, optando por refinarciar o saldo.
- ✓ Não existe equiparação entre as taxas de cartão comum e cartão consignado, pois os produtos divergem.
- ✓ Ademais, ao longo do tempo, as instituições financeiras revisaram sua forma de contratação, para separar as adesões de cartões por instrumento apartado, demonstrando ciência à operação.
- ✓ Não há desconhecimento, quando, além da contratação do saque, o consumidor fez compras, casos em que deverá ser paga sua fatura integralmente para que não se ocorra a aplicação dos juros rotativos.

#### • DA LEGALIDADE DO CONTRATO

Ao contrário do que a parte autora alega, o contrato em tela é lícito, uma vez que tal ato jurídico, de acordo com artigos 104 do CC, possui agentes capazes, objeto lícito, possível, determinado, forma prescrita ou não defesa em lei.

Para a alteração de um contrato, o artigo 138 impõe a necessidade de verificação de *“declaração da vontade emanada de erro substancial perceptível por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio”*.

**IN CASU, ENTRETANTO, FORAM PRESTADAS INFORMAÇÕES CORRETAS, CLARAS, PRECISAS E OSTENSIVAS À PARTE AUTORA, HAVENDO DESTAQUE DO TIPO DE MODALIDADE CONTRATADA (CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO), QUE APARECE EM NEGRITO E COM LETRAS GARRAFAS NO INSTRUMENTO CONTRATUAL FIRMADO.**



Assim, sob qualquer ângulo que se analise a questão, é possível observar que o Banco Daycoval cumpre integralmente com o disposto nas legislações que norteiam o produto, bem como com os termos do que preceitua os arts. 6º, inciso II e IV e 31, do Código de Defesa do Consumidor, além da Instrução Normativa 28 e Código Civil e Processo Civil, garantindo a seus clientes informações seguras, adequadas, claras, precisas, ostensivas sobre suas características, qualidades, quantidades, valores.

Todas as obrigações sempre foram de pleno conhecimento da parte autora quando contratou.

Nesse sentido, recentes decisões do Tribunal de PR:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RELAÇÃO CONSUMERISTA. CONTRATO CELEBRADO COM BENEFICIÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **DESPESAS ALÉM DO SAQUE AUTORIZADO. CARTÃO DESBLOQUEADO E UTILIZADO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS.** REPETIÇÃO EM DOBRO. IMPOSSIBILIDADE. MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. SENTENÇA MANTIDA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS EM SEDE RECURSAL. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR, 13ª C. Cível, 0032093-26.2018.8.16.0014, Rel. Victor Martim Batschke, j. 18.09.2019).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C.C. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. ‘TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO’. **CONTRATO QUE NÃO SE CONFUNDE COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AFRONTA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONTRATO REDIGIDO DE FORMA CLARA E PRECISA. INSATISFAÇÃO DO CONTRATANTE QUE NÃO JUSTIFICA A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO CARTÃO DE CRÉDITO PELO AUTOR.** DEMONSTRAÇÃO. dano moral e repetição do indébito indevidos. MANIFESTAÇÃO EXPRESSA SOBRE DISPOSITIVOS LEGAIS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.





MEDIDA DESNECESSÁRIA. MATÉRIA APRECIADA. embargos REJEITADOS. Inexistindo vícios no v. Acórdão embargado, os Embargos Declaratórios não comportam provimento, ainda que opostos com a finalidade de prequestionamento. Embargos de Declaração rejeitados” (TJPR - 15ª C.Cível - 0024479-52.2018.8.16.0019 - Ponta Grossa - Rel.: Desembargador Jucimar Novochadlo - J. 28.08.2019).

O artigo 145 do Código Civil prevê a anulabilidade dos negócios jurídicos que tiverem “*causa eivada de dolo*”. Em seu artigo 151 há previsão da “*coação*” como vício contratual.

**A parte autora estava livre para pactuar e o fez movida pelo seu ânimo!!!**

O artigo 157 do mesmo ordenamento prevê a ocorrência da “*lesão*”; tal se constitui “*quando uma pessoa, por premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se à prestação que não guarde correspondente contrapartida*”. **Também não se aplica ao contrato sub judice.** A parte Autora contratou com ampla segurança, sabendo de sua contrapartida e assumindo, livremente, suas obrigações.

Tanto a “*fraude contra credores*”, artigo 158, quanto “*invalidade*” (*nulidade*) dos negócios jurídicos, artigo 166, **não tem aplicabilidade ao contrato.** Enfim, **não há motivo para a revisão do contrato.**

O Princípio da Boa-fé Objetiva, fundamentado nos artigos 6º, inciso IV e 51, inciso IV do Diploma Consumerista, deve ser observado como uma via de “*mão dupla*” em que contratante e contratado devem guardar respeito e fidelidade mútua.

Assim, clara está a inexistência de qualquer abuso por parte da instituição Ré ao contratar com a parte autora, tendo esta o devido e prévio conhecimento de **todas** as condições pactuadas.

- **DO PEDIDO PARA CANCELAMENTO DOS DESCONTOS**

Conforme se observa dos documentos juntados, a parte autora, de forma



espontânea, autorizou os descontos das prestações contraídas diretamente de seus vencimentos mensais.

**DESSE MODO, DEVE RESTAR INVIABILIZADA A INTERVENÇÃO JUDICIAL PARA O CANCELAMENTO DOS DESCONTOS REFERENTE AO CONTRATO CELEBRADOS ENTRE AS PARTES, PORQUANTO NÃO HÁ EXISTÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO PREVISTOS EM LEI, MERECENDO MANUTENÇÃO DOS DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, AUTORIZADOS PELA PARTE AUTORA, SOB PENA DE CONFIGURAR ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO.**

Neste sentido:

PREVIDÊNCIA PRIVADA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

Legitimidade passiva. Reconhecida.

Suspensão de desconto em folha. Inviabilidade, sob pena de configurar alteração unilateral do contrato. Apelo parcialmente provido. Voto vencido.

(APELAÇÃO CÍVEL – TJ/RS - Nº 70020051827)

A relação que a parte autora pretende modificar não é tão simples como apresenta, **O DEMANDANTE RECEBEU VALORES FINANCIADOS E AGORA DESEJA DESOBRIGAR-SE SEM QUALQUER FUNDAMENTO PLAUSÍVEL A EMBASAR SUA PRETENSÃO.**

Nesse sentido:

No julgamento do REsp nº 728.563/RS, Segunda Seção, julgamento datado de 8/6/05, esta Corte considerou **que a consignação em folha é da própria essência do contrato celebrado. Não representa, apenas, uma mera forma de pagamento, mas, sim, a garantia do credor de que haverá o automático adimplemento obrigacional por parte do tomador do mútuo, permitindo a concessão de empréstimo com menor margem de risco**" (STJ, AgRg no REsp 633089/RS, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ª T., j. 24/08/2006, DJU 4/12/2006, p. 297, disponível em <[www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)>).



O artigo 5º da Constituição Federal tutela o ato jurídico perfeito, como o caso dos autos, em que os firmado com o Banco Daycoval sempre esteve revestido de todas as formalidades legais, necessárias e suficientes para garantir os requisitos basilares da certeza, exigibilidade e executoriedade de cada instrumento.

Diversos julgados oriundos do STJ determinam a legalidade dos empréstimos com descontos em folha, vejamos:

CIVIL. CONTRATO. EMPRÉSTIMO. DESCONTO. FOLHA DE PAGAMENTO. CANCELAMENTO UNILATERAL. SERVIDOR PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE.

1 - **O servidor público que contrai empréstimo e autoriza, expressamente, o desconto mensal das parcelas, em folha de pagamento, não pode, depois, por única vontade, cancelar o que havia livremente contratado.** Entendimento da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça. 2 - Recurso ordinário provido. (RMS22949/SE. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. 2006/0226966-1, DJ 10.12.2007 p. 365).

- **DA DEVOLUÇÃO DO INDÉBITO**

No que tange ao pedido de devolução de indébito este não poderá prosperar. Na esteira do que já foi repisado até o momento, diante de fatos que demonstram a legalidade do contrato celebrado entre as partes, mostra-se absolutamente sem propósito a pretensão da inicial de pedir a devolução de indébito, com base no parágrafo único do artigo 42 do CDC.

Ademais, toda e qualquer cobrança efetuada pelo Réu sempre se mostrou amparada pela lei e pelo contrato firmado pela parte.

Todos os requisitos necessários para validade dos atos jurídicos, como antes ressaltados já se encontram presentes no contrato, no entanto, não há que se falar em repetição, restituição ou compensação.



- **DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL**

Não merece prosperar o pedido de indenização formulado pela parte autora, tendo em vista não ter havido falha na prestação do serviço pelo réu.

Conforme restou demonstrado, a Instituição Financeira agiu dentro do seu exercício regular de direito, ao efetuar referida cobrança, a qual encontra respaldo na legislação vigente, obedecendo as normas e regulamentos do Banco Central, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Não houve, portanto, ato ilícito, mas apenas exercício regular de direito (art. 188, I, CC) do Banco ao descontar as parcelas relativas ao contrato firmado regularmente pelas partes.

Ademais, em momento algum ao longo de sua inicial a parte autora demonstra ter sofrido qualquer constrangimento, ou estar na iminência de sofrê-lo.

Dano moral, notadamente, é aquele que atinge bens personalíssimos da vítima, tais como honra, liberdade, saúde, integridade psicológica, causando-lhe dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação e que, de forma anormal, interfiram no comportamento psicológico do indivíduo.

Ou seja, o mero aborrecimento, dissabor, mágoa ou irritação estão fora da órbita do dano moral e se trata de aborrecimento da vida diária.

Em colaboração a esse entendimento, em explicação ao tema, anotou o Ilmo. Desembargador do Tribunal de Justiça Sérgio Cavalieri Filho:

***“Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral (...).*”**



***Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos.***

***(...)***

*Quem se alega prejudicado, portanto, deve provar, no próprio processo de conhecimento, que o fato de que se queixa concreta e efetivamente causou-lhe prejuízo, não bastando a simples potencialidade de dano a que ficou exposto” (TJRJ, AP. Cível 1.622/95, 2a C., Rel. Des. Sérgio Cavalieri Filho).*

**Não obstante, necessária a efetiva comprovação do dano, cabendo a parte que alega produzir a prova do mesmo na forma do artigo 373, I, do Novo CPC. A PARTE AUTORA SEQUER COMPROVA O SUPOSTO DANO QUE TERIA SOFRIDO.**

Não há provas nos autos de que a conduta do réu tenha tomado maiores proporções, inexistindo nesta lide elementos que demonstrem que o evento tenha ferido, de forma intensa, a esfera moral da parte autora, ou que tenha causado algo além do mero aborrecimento, apto a ensejar a pretendida reparação.

Portanto, não tendo a parte autora comprovado o efetivo sofrimento de um dano passível de indenização, descabido é o seu pleito indenizatório, sob pena de incentivar a banalização do dano moral.

- **DO QUANTUM INDENIZATÓRIO**

Em atenção ao princípio da eventualidade, ainda que se considere a ocorrência de um suposto dano moral – **o que não se acredita** –, certo é que este não poderá ser fixado sob os parâmetros pretendidos na inicial, pois a reparação não pode gerar um enriquecimento sem causa de quem a pleiteia.

A fixação de eventual indenização deve respeitar os parâmetros de razoabilidade, sem abusos e exageros.

Excelência, o enorme volume de ações judiciais que engrossam a estatística do número de processos a alegar “*não terem contratado cartão consignado, mas sim empréstimo*



*consignado”* são motivadas - principalmente - pelo vantagem econômica trazida pelas indenizações por danos morais, em valores vultuosos, **que na maioria dos casos, superam o próprio valor dos contratos em discussão.**

Deste modo, caso haja fixação em danos morais, o que não se acredita, deve ser levado em conta a extensão do dano, nos termos do art. 944 do Código Civil, *in verbis*:

*Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.*

*Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.*

Neste sentido o entendimento do STJ:

RECURSO ESPECIAL. 1. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **INDENIZAÇÃO EXCESSIVA. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE.** PRECEDENTES. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 2. JUROS DE MORA. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp nº 1532945/SC, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, julgado em 19/08/2015).

Diante do exposto, no caso de eventual condenação, o que não se acredita, e em atenção ao disposto no artigo 944 do Código Civil, requer que o valor a título de indenização por danos morais seja fixado de forma justa e equitativa, pautado nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a evitar o enriquecimento injustificado da parte Autora e a indústria de indenizações que assoberba o Judiciário.

- **DO PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

A prova judiciária tem por finalidade convencer o juiz sobre a existência ou inexistência dos fatos controvertidos no processo. As provas são os meios destinados a conseguir tal escopo.

Assim, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:





*A chamada inversão do ônus da prova, no Código de Defesa do Consumidor, está no contexto da facilitação da defesa dos direitos do consumidor... Isso quer dizer que não é automática a inversão do ônus da prova. Ela depende de circunstâncias concretas que serão apuradas pelo juiz no contexto da facilitação dos direitos do consumidor.*

Portanto, os casos postos a juízo devem ser bem examinados e observadas para verificar a presença dos requisitos necessários que autorizem a inversão do ônus da prova, os quais não estão presentes no caso em tela.

NÃO É DEMAIS ASSEVERAR QUE, EMBORA A RECLAMANTE PEÇA O DEFERIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NÃO SE VISLUMBRA A NECESSIDADE – TAMPOUCO A POSSIBILIDADE – DE APLICAR O DISPOSITIVO SUPRAMENCIONADO NO CASO EM COMENTO. ISTO PORQUE **A PROVA DO VÍCIO DE CONSENTIMENTO, POR FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA PARTE AUTORA, É ÔNUS QUE LHE INCUMBE.**

Assim, diante da desnecessidade de inversão, requer-se a aplicação da regra geral de distribuição do ônus da prova prevista no art. 373 do CPC.

- **DA EVENTUAL ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Em que pese a parte autora reconhecer ter contratado com o Réu empréstimo no valor indicado, o qual, conforme comprovado em verdade se trata de utilização do limite de crédito de seu cartão consignável, a mesma, em seu pedido final, somente requer o cancelamento dos descontos via RMC e consequente restituição em DOBRO dos valores já descontados.

Ocorre que, em que pese a vasta argumentação e documentos ora apresentados, V. Exa. entenda pela nulidade da contratação via cartão consignado, há que se reconhecer que, seja via cartão ou empréstimo, a parte Autora solicitou valores à esta Instituição Financeira, sendo seu dever adimplir com estes valores.



Assim, caso se entenda pela nulidade do contrato de cartão, o que não se acredita, requer-se então, seja determinado ao Réu, o recálculo dos valores utilizados pela parte Autora (saques/compras) com a taxa de juros de empréstimo consignado da época da utilização, abatendo-se sobre este montante os valores já descontados da mesma.

Havendo saldo devedor ao Banco, que este seja parcelado no mesmo valor da RMC atualmente disponível, sendo mantida a forma de pagamento via desconto em folha no percentual de 5%, a fim de garantir do adimplemento da quantia residual e após a liquidação, seja sua margem liberada.

Vale ressaltar que, qualquer decisão que acolha o pedido autoral, sem garantir ao Réu o recebimento das quantias concedidas a parte Autora representarão enriquecimento ilícito, bem como, eventual determinação de exclusão da RMC antes do adimplemento total dos valores levará à efetiva inadimplência da parte Autora, uma vez que, a consignação dos valores é única forma de garantia de adimplemento e manutenção das baixas taxas de juros à estas modalidades de crédito.

Retirar o direito de desconto via RMC em nada acolhe o pedido autoral, posto que, se a autora pensava estar contratando um empréstimo consignado, deve ao menos pagar sua dívida por meio de descontos em folha. Se esta forma de pagamento vier a ser excluída, V. Exa. em verdade, estará transformando referido contrato em CRÉDITO PESSOAL, o qual, nunca possuiria as taxas de juros aplicadas ao CONSIGNADO.

- **DA COMPENSAÇÃO**

Nos termos do que já fora defendido anteriormente, o Réu cumpriu com o ônus que lhe cabia, disponibilizando os valores em favor da parte Autora.

Entretanto, caso Vossa Excelência entenda por dar procedência aos pedidos da Autora, **o que não se acredita**, necessário se faz a **COMPENSAÇÃO/DEVOLUÇÃO AO RÉU DOS VALORES DISPONIBILIZADOS À AUTORA, DEVIDAMENTE CORRIGIDOS E ATUALIZADOS.**



### 3. DA CONCLUSÃO

Considerando que não há qualquer irregularidade na operação firmada entre as partes, que os valores foram disponibilizados pelo réu e que todas as informações acerca da operação foram prestadas a parte autora, de forma clara e ostensiva – com a qual anuiu a parte autora –, requerer a improcedência da ação, conforme pedidos elencados a seguir.

### 4. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, **REQUER**:

- A) a improcedência de todos os pedidos formulados pela parte autora, ante a regular contratação do empréstimo formulado entre as partes;
- B) Seja condenada a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios;
- C) O indeferimento do pedido de inversão do ônus da prova;
- D) Entretanto, caso vossa excelência entenda por dar procedência aos pedidos da parte autora, **o que não se acredita**, necessário se faz a **compensação/devolução ao réu dos valores disponibilizados à parte autora, devidamente corrigidos e atualizados**;
- E) **Todavia, caso V. Exa. entenda por dar procedência a tal pedido para alterar o contrato para EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, REQUER sejam mantidos os descontos na MARGEM DO CARTÃO (5%), isso porque, na maioria dos casos, quando o Réu tenta averbar as parcelas no benefício, não há margem disponível para empréstimo consignado, o que levará, via de consequência, ao inadimplemento do contrato.**

### 5. DAS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS:



F) Requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, **EM ESPECIAL O DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**, sob pena de confissão;

G) **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência: 0422, PARA QUE INFORME SE A CONTA BANCÁRIA Nº 10645-6 É DE TITULARIDADE DA PARTE AUTORA (LUIZ CARLOS VALPERS - CPF: 294.705.609-49) E SE REALIZADOS OS CRÉDITOS NO VALOR DE R\$ 2.064,60 EM 01/12/2016.**

**REQUER**, ainda, que todas as intimações e publicações sejam efetuadas, também, em nome do procurador **RONALDO GOIS ALMEIDA, OAB/RS 56.646, OAB/SC 36.689, OAB/PR 69.062, sob pena de nulidade**, na forma do artigo 272, §5º, do Novo CPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 30 de setembro de 2020.



Ronaldo Gois Almeida  
OAB/RS 56.646  
OAB/SC 36.689  
OAB/PR 69.062

